

CORREIO DE CAMPINAS

Álvaro Jr./ Câmara Municipal de Campinas



Investigação: rachadinha e uso indevido de maquinário

Investigação contra Ribeiro já era esperada por pares I

A notícia de que o vereador Edison Ribeiro (União Brasil-SP) e o filho dele, André Cristhiano Cayres Ribeiro, tiveram os sigilos bancário e fiscal quebrados pela Justiça não causou espanto nos corredores da Câmara. Para os parlamentares e servidores, o desfecho, na verdade, demorou a acontecer. Embora ninguém se prontifique a confirmar as suspeitas oficialmente, a opinião é unânime nos bastidores. A pergunta não era se iria acontecer, mas quando. O que se vê agora é apenas a formalização jurídica de algo que o ambiente legislativo já havia processado e digerido internamente como uma realidade inevitável, transformando o escândalo em uma crônica de um final anunciado.

Investigação contra Ribeiro II

O impacto da investigação vai além do campo jurídico e atinge diretamente a credibilidade do Legislativo. Quando os próprios pares admitem, ainda que informalmente, que as irregularidades eram de conhecimento geral, questiona-se que tipo de representantes políticos são capazes de tamanha complacência.

Câmara Municipal de Campinas



Notícia não pegou ninguém da Casa de surpresa

Investigação contra Ribeiro III

Conforme a ação ajuizada pelo MP-SP, o caso de uso indevido de maquinário público será apurado conjuntamente com denúncias de "rachadinha", refletindo a gravidade da conduta imputada aos investigados, sugerindo uma gestão de gabinete pautada por desvio de finalidade. Enquanto Campinas aguarda os desdobramentos, a defesa não se manifesta publicamente sobre o mérito das acusações. Entretanto, o esclarecimento dos fatos, objetivo central destacado pelo juiz Claudio Campos da Silva, servirá para punir possíveis crimes.

Investigação contra Ribeiro IV

Embora o processo jurídico siga os ritos de ampla defesa e presunção de inocência, o impacto político na Câmara é imediato e carrega um peso de antiética que ultrapassa os autos do processo. Mesmo porque também há uma sensação unânime de que infelizmente tudo acabará em pizza, embora, parques vereadores e funcionários públicos torçam pelo contrário.

PINGA-FOGO

Agro I

Guilherme Campos é figura central na política de Campinas, mas a atuação dele hoje transcende os limites geográficos da metrópole e as funções públicas na cidade. Não ocupa mais cargos no Executivo municipal ou cadeiras no Legislativo, mas mantém a representatividade em esferas nacionais.

Agro II

Como Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária, sua força política se manifesta por meio da articulação direta com o setor que sustenta o PIB nacional e que mais cresce no Brasil. E este crescimento é devido, sobretudo, ao desenvolvimento do Plano Safra.

Agro III

O plano consiste em um conjunto de medidas e linhas de crédito destinadas a financiar a produção agrícola nacional, seja de pequenos produtores, seja de grandes exportadores. É por meio deste mecanismo que a União garante juros subsidiados e recursos para que o setor possa se desenvolver.

Agro IV

Este mês, Campos participou de uma agenda crucial ao lado do ministro da Agricultura e Pecuária, André de Paula, na reunião do Conselho Superior do Agronegócio na Fiesp. O encontro reuniu as principais lideranças do setor produtivo e instituições financeiras para um debate direto sobre o crédito rural e os gargalos do campo.

Agro V

Só para se ter uma ideia, o Plano Safra 2025/2026 atinge o patamar de maior da história ao disponibilizar R\$ 516,2 bilhões para a agricultura empresarial. O montante amplia o crédito para custeio, comercialização e investimentos, mesmo diante de um cenário com a taxa Selic fixada em 14,50% ao ano.

Agro VI

O diferencial desta edição está no aumento dos recursos subvencionados pelo Tesouro, o que reduz as taxas de juros para o produtor. O montante passou de R\$ 92 bilhões para R\$ 113 bilhões, um crescimento de mais de 20%, superando a inflação e garantindo as melhores condições de financiamento do mercado.



Exame é principal porta de entrada ao ensino superior

Tarifa de ônibus grátis para quem presta Enem

Proposta apregoa isenção do pagamento nos dias das provas

Da Redação

Na prática

A reunião serve para que os vereadores analisem se a cidade possui recursos financeiros para cobrir os custos dessa isenção nas passagens. A avaliação técnica é necessária antes que o projeto siga para a votação definitiva de todos os parlamentares no plenário da Câmara.

Caso a comissão aprove o parecer, o texto avança no processo legislativo municipal aproximando a proposta de se tornar uma lei vigente.

Já a gratuidade busca remover o custo do deslocamento como um obstáculo para quem deseja ingressar no ensino superior, garantindo que o transporte até o local do exame ocorra sem custos adicionais para as famílias dos candidatos.

Importância do Exame

O Enem é a principal ferramenta de acesso ao ensino superior no Brasil. Registrou 4,8 milhões de inscritos em 2025, um aumento de 11% em relação ao ano anterior. Desse total, 1,3 milhão de participantes são concluintes da rede pública.

Com o resultado, o estudante pode ingressar em universidades públicas pelo Sisu, conseguir bolsas pelo Prouni ou ainda financiamento pelo Fies.

As notas são aceitas em mais de 50 instituições em Portugal, e o exame também serve como diagnóstico da qualidade da educação básica do Brasil.

A Câmara Municipal realiza nesta segunda-feira (11) a 4ª reunião ordinária da Comissão de Finanças e Orçamento com início marcado para as 14h. O tema central do encontro é a discussão sobre um projeto de lei que propõe a gratuidade no transporte público para estudantes.

A proposta apresentada pelo vereador Rubens Gás (PSB-SP) sugere que os candidatos que participam do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) fiquem isentos do pagamento da tarifa de ônibus durante os dias de realização das provas oficiais.

O projeto conta com o apoio de um parecer favorável elaborado pela vereadora Fernanda Souto (PSol-SP), que detalha as regras para o uso do benefício.

O funcionamento da gratuidade dependerá da identificação correta do passageiro no momento do embarque.

O estudante precisará mostrar o comprovante de inscrição no Enem, que pode estar impresso ou salvo no celular. O documento deve conter o nome do candidato, além dos dados sobre o local e o horário da prova. Também é obrigatório apresentar um documento de identidade com foto - para confirmar que o usuário é o titular da inscrição apresentada.